

PSICANÁLISE, O *QUEER* E A TRANSGRESSÃO DO AMAR, DO DESEJAR E DO SER¹

Sarah Rocha dos Santos²

Anna Costa Pinto Ribeiro³

Léo Karam Tietboehl⁴

RESUMO:

Compreende-se que a psicanálise, desde seus primórdios, foi precursora e subversiva ao afastar a sexualidade do terreno moral e reproducionista. Entretanto, devido às transformações médicas, jurídicas, biotecnológicas, culturais e familiares que revolucionaram esse campo, torna-se imperativa uma revisão das balizas teóricas da sexualidade no viés psicanalítico. O presente artigo tece, portanto, uma análise dialógica e crítica entre o campo psicanalítico e os estudos de gênero, visando a reatualização ética e política dos discursos e práticas que permitem uma abordagem psicanalítica cisheteronormativa junto à população LGBTQIAP+. Trata-se de uma revisão narrativa com levantamento bibliográfico recente das produções *queer*, feministas e psicanalíticas que possuem expressiva pertinência na compreensão da fabricação de corporalidades e sexualidades generificadas, heterocentradas, lineares e culturalmente inteligíveis. Nas considerações finais, destaca-se a necessidade de revisar os complexos de Édipo e castração e da diferença sexual anatômica como âncoras da subjetividade e sexualidade humana, visto que tais conceitualidades e cartografias possibilitam uma divisão binária, assimétrica e hierárquica dos gêneros. Por fim, aposta-se na multiplicidade como horizonte para uma psicanálise menos normativa.

Palavras-chave: Cisheteronormatividade. Gênero. Psicanálise. *Queer*. Sexualidade.

PSYCHOANALYSIS, QUEER AND THE TRANSGRESSION OF LOVING, DESIRING AND BEING

ABSTRACT:

It is understood that psychoanalysis from its beginnings was precursor and subversive in moving sexuality away from the moral and reproductive terrain. However, due to the medical, legal, biotechnological, cultural and family transformations that revolutionized this field, it is imperative to review the theoretical frameworks of sexuality in the

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas. Recebido em 20/10/2021 e aprovado, após reformulações em 19/11/2021.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: sarahrochadossantos@hotmail.com

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: annaribeiro@uniacademia.edu.br

⁴ Doutorando em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: leokt2@gmail.com

psychoanalytic perspective. Therefore, this article provides a dialogical and critical analysis between the psychoanalytic field and the gender studies, seeking the ethical and political update of discourses and practices that allow a cisheteronormative psychoanalytic approach to the LGBTQIAP+ population. It's a narrative review with a recent bibliographic survey of queer, feminist and psychoanalytic productions with an expressive relevance in understanding the fabrication of gendered, heterocentric, linear and culturally intelligible corporealities and sexualities. In the final considerations, the need to review concepts such as the Oedipus and castration complexes and anatomical sexual difference being taken as anchors of human subjectivity and sexuality is highlighted, since such conceptualities and cartographies enable a binary, asymmetric and hierarchical division of genders. Finally, it is believed on multiplicity as a horizon for a less normative psychoanalysis.

Keywords: Cisheteronormativity. Gender. Psychoanalysis. Queer. Sexuality.

1 INTRODUÇÃO

“Esta será a mais importante das guerras,
porque o que está em jogo não é nem o
território nem a cidade, mas o corpo, o prazer e
a vida.”
Paul B. Preciado

As formas de experienciar a sexualidade lidas culturalmente como transgressoras dos limites entre feminino e masculino e das exigências de linearidade entre a anatomia do corpo sexuado, gênero, desejo e prática sexual foram histórica e socialmente colocadas em um lugar de abjeção, imoralidade, ilegalidade e doença. Na virada do século XIX para o século XX, porém, a teoria psicanalítica freudiana foi precursora em afastar essa discussão do terreno moral, religioso e exclusivamente reproducionista, abarcando o desejo, a multiplicidade e o psiquismo como pontos basilares no entendimento da sexualidade humana (REITTER, 2021).

Apesar dessas contribuições notáveis e subversivas do campo psicanalítico para uma mudança de paradigma da sexualidade da época, muitas foram as transformações ocorridas nos âmbitos médico, jurídico, social, trabalhista, econômico e biotecnológico ao longo do tempo. Desse modo, tais mudanças impactaram significativamente as relações de gênero e corporalidades e, conseqüentemente, os discursos e práxis psicanalíticos.

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 667-691, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483

Levanta-se, portanto, a problemática de que ocorreram deslocamentos irremediáveis nas tessituras culturais e simbólicas que atravessam as formas de subjetivar a sexualidade dos sujeitos, refletindo, assim, na necessidade de revisitar as balizas teóricas da psicanálise (POLI, 2008; PRECIADO, 2019).

Pontua-se também que, apesar de seu potencial subversivo no campo da sexualidade, as teorias e práticas psicanalíticas possuem também potencial cisheteronormativo⁵, quando desvinculadas de suas circunstâncias históricas, políticas e sociais. Isso porque uma leitura descontextualizada e a-histórica dos conceitos de masculinidade/feminilidade, da centralidade do falo, das diferenças edípicas no menino e na menina e da inveja do pênis, contribuíram direta ou indiretamente com uma abordagem normalizante, binária, assimétrica, patologizante e hierarquizante perante a população LGBTQIAP+⁶ (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007; STONA; CARRION, 2021, REITTER, 2021).

Assim, o objetivo principal deste trabalho é demonstrar que, no encontro com a sexualidade, a psicanálise, enquanto conjunto vasto e heterogêneo de práticas e saberes, possui caráter tanto normativo, quanto subversivo. Sendo assim, depende do manejo teórico-clínico-político que os psicanalistas irão empreender e que, em função disso, é imperativo que haja uma implicação sociopolítica no fazer psicanalítico contemporâneo de forma a se opor aos processos excludentes, violentos, patologizantes e normalizadores das sexualidades.

Dentre os objetivos específicos, destaca-se analisar os enlaces possíveis da psicanálise com as teorias *queer* e feministas, compreendendo as críticas e saídas apontadas pelas teorias de gênero para tensionar a norma, visando os processos de despatriarcalização, deseterossexualização, descolonização e despatologização do campo psicanalítico. Ressalta-se também o objetivo de investigar como os aparatos de produção de gênero fabricam sujeitos generificados, nos quais a cisheterossexualidade

⁵ O conceito da cisheteronormatividade faz referência a um conjunto de relações de poder que normaliza, regulamenta e institucionaliza o gênero e a sexualidade de forma linear e inteligível, tomando como ideais os corpos e identidades cisgêneros e os desejos e orientações heterossexuais.

⁶ LGBTQIAP+ é uma das siglas que representa o movimento político e social de Lésbicas, Gays, Transexuais, Transgêneros e Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e a presença do + ao final da sigla visa torná-la mais inclusiva, abrangendo as mais diversas configurações de sexualidade e gênero.

é constante e repetidamente inscrita e reinscrita a partir das normas e discursos culturais de inteligibilidade de gênero. Por fim, convoca-se o campo psicanalítico para repensar as balizas teóricas que posicionam as vivências, sexualidades, desejos e corpos dissidentes enquanto desvio, patologia, imaturidade psíquica, perversão, psicose e histeria coletiva.

Portanto, a relevância dessa produção se justifica na medida em que se compreende que a psicanálise, a sexualidade, os estudos sobre gênero e as relações de poder que os atravessam estão irremediavelmente enredados na cultura, na política e na subjetividade de seu tempo, configurando-se enquanto construções socio-históricas que necessitam de constante atualização. Este trabalho valida-se também conforme se destina à compreensão dos processos históricos, culturais e políticos que atravessam a sexualidade e o campo psicanalítico, se configurando enquanto uma análise crítica sobre a necessidade de abarcar a multiplicidade de destinos para o desejo, desancorando a subjetividade e a sexualidade dos sujeitos de sua anatomia.

A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa exploratória a partir da elaboração de um levantamento bibliográfico dos estudos na intersecção das teorias de gênero com a psicanálise. Trata-se de uma revisão narrativa se fundamentando em teóricas e teóricos com expressiva pertinência na construção atual da temática apresentada nesta análise. Este estudo possui ainda caráter qualitativo, uma vez que busca analisar e compreender melhor aspectos subjetivos de fenômenos sociais, do comportamento e da sexualidade humana.

Na busca por melhor estruturar o conteúdo desenvolvido e delinear a construção do raciocínio e argumentação realizados foi feita a divisão em três sessões. A primeira sessão chamada “Psicanálise da insurreição, da normalização e da volatilidade” discorre sobre o potencial insurgente e normalizador da psicanálise no campo da sexualidade, abordando a volatilidade dos conceitos e das engrenagens psicanalíticas, bem como a necessidade de contextualizar, sócio-histórica e politicamente, os manejos teóricos e clínicos e suas implicações. Já a sessão seguinte, “A generificação dos corpos e a cisheteronormatividade” apresenta o campo dos estudos de gênero e a construção de como os corpos e sujeitos são produzidos e assimilados cotidianamente em um sistema

de generificação e inteligibilidade cultural que fabrica corpos pautados na cisgeneridade⁷ e na heterossexualidade. A sessão final nomeada “A tarefa de tecer o plural como horizonte” desenvolve a importância de se pensar saídas teóricas e clínicas para as problemáticas apontadas pelos estudos *queer* e feministas no campo da sexualidade na psicanálise. Encerra-se assim, através desta sessão, com a apresentação de algumas possibilidades tecidas no cenário atual que almejam romper com a cisheteronormatividade enquanto ordem do desejo e coreografia compulsória do prazer e com as posições histórica e politicamente construídas na estética de dominação e poder no que pauta o gênero e a sexualidade.

2 PSICANÁLISE DA INSURREIÇÃO, DA NORMALIZAÇÃO E DA VOLATILIDADE

“Mas onde a travessia é possível, o mapa de uma nova sociedade começa a ser desenhado, com novas formas de produção e de reprodução da vida.”
Paul B. Preciado

Desde seu surgimento, compreende-se que a psicanálise se constituiu de forma ambígua no campo da sexualidade, ora se apresentando como revolucionária, ora como normativa. Na esfera do encontro do corpo sexuado consigo e com os outros, a psicanálise, de forma subversiva, contribuiu para remapear fronteiras e limites, criando brechas e fissuras nas premissas engessadas sobre o ser humano, o desejo e a cultura. Porém, devido atravessamentos das contingências socio-históricas em que muitas de suas balizas teóricas e clínicas foram produzidas - em especial as freudianas e lacanianas -, foram criadas brechas para uma leitura ortodoxa, normativa e patologizante das dissidências sexuais e de gênero (REITTER, 2021).

No âmbito da sexualidade, a psicanálise freudiana se apresentou de forma subversiva ao repensar a sexualidade da época vitoriana, colocando em xeque a concepção de instinto sexual com finalidade e objeto predeterminados que imperava na

⁷ Cisgeneridade é o termo utilizado para se referir às corporalidades e identidades de gênero que correspondem de forma alinhada à designação de gênero durante os processos de gestação e nascimento.

psiquiatria da passagem do século XIX ao XX (REITTER, 2021). Freud inicia a sua teorização sobre o campo da sexualidade discordando das premissas popularmente aceitas no imaginário social de seu contexto histórico no que se refere ao momento em que surge a sexualidade no sujeito, à natureza estritamente heterossexual do objeto e à restrição da sexualidade ao primado genital (ARÁN, 2011).

A produção freudiana inaugurou um olhar de insurreição na psicanálise, possibilitando conceber todas as formas de sexualidade como variantes do impulso ao qual chamou de pulsão, que não carregaria consigo nenhum saber prévio acerca de um objeto ou de um fim. Isso porque o vanguardista conceito freudiano de pulsão permite o entendimento de que não é por ser homem que o sujeito tem que se sentir atraído por mulheres e vice-versa, não sendo possível encaixar tudo e todes nas categorias homem/mulher. Outro ponto progressista deste conceito é o entendimento de que não há predeterminismo da forma como o sujeito deve gostar de gozar de seu próprio corpo e do corpo do outro (REITTER, 2021).

Através do conceito de pulsão, insere-se no campo psicanalítico um saber insurgente que assimila o corpo pulsional como não conformado por completo com as normas que determinam corpos-homens e corpos-mulheres. Isto é, um saber com caráter radicalmente subversivo que pode servir para propósitos emancipatórios, compreendendo que o corpo enquanto pulsional não se deixa reduzir nem à biologia, nem à cultura. Um saber que aponta para o não capturável, para o não absorvível, para o que não se resume a nenhum sistema identificatório e não elege nem uma prática, nem um objeto como mais adequados (COSSI; DUNKER, 2017).

Marca-se, entretanto, o aspecto normativo e tradicionalista do surgimento da psicanálise quando Freud se dedicou a decifrar a dinâmica dos processos psíquicos, porém sem conjecturar de forma mais incisiva a indissociabilidade do contexto histórico e político, tornando perceptível a falta em “[...] articular os *insights* clínicos sobre o inconsciente a uma análise mais ampla sobre a construção e regulação de gênero na sociedade em que vivia.” (KVELLER; NARDI, 2021, p.83). Para Gondar (2014), por mais que a psicanálise tenha contribuído na desnaturalização do registro da sexualidade e do desejo, ela manteria o binarismo sexual e a lógica da subordinação.

Destaca-se neste caráter normativo a conceituação do complexo de Édipo, a partir do qual a psicanálise até então pulsionalmente subversiva voltaria a ancorar a sexualidade na família e na matriz heterossexual (REITTER, 2021). A centralidade deste complexo na teoria psicanalítica fomentaria um critério regulamentário de um desenvolvimento suposto normal, refletindo no discurso psicanalítico ao longo dos anos e contribuindo para a estigmatização das mais diversas formas de expressão da sexualidade que divergiam da cisheteronormatividade. Assim, tais dissidências foram sistematicamente relacionadas a problemas na resolução do complexo de Édipo, a um grande investimento em núcleos pré-genitais ou ainda a uma fixação da libido em pontos anteriores do desenvolvimento psicosssexual (TIETBOEHL; CAVALHEIRO; KVELLER, 2018).

Cossi e Dunker (2017) igualmente defendem que a passagem pelo complexo de Édipo normalizaria o sujeito, instituindo as formas de sexualidade, de gênero e de família como estrutura fundamental de socialização. Nessa perspectiva, os casos de incomensurabilidade, incorrespondência, incoerência, incongruência ou disparidade conduziriam à ilação clínica de que o sujeito não atravessou de forma adequada o complexo edípico. Isso porque a teoria psicanalítica restringiria as sexualidades divergentes da heterossexualidade como um porvir na medida em que lança o complexo de Édipo como ação estruturante não alcançada por estes sujeitos que fogem à norma da sexualidade (YORK, 2021).

Também são alvos de críticas na teoria psicanalítica o complexo de castração juntamente com as postulações acerca da diferença anatômica ser simbolizada em termos de ter ou não ter o falo, levando à renaturalização das relações sexuais, abordando as categorias homem/mulher como inquestionáveis e tornando a possibilidade desejante do sujeito demasiado dependente da diferença sexual anatômica (REITTER, 2021). Dessa forma, o uso a-histórico do complexo de castração nas produções psicanalíticas é lido como falocentrismo, no qual o falo é concebido como referência universal a partir da qual as posições masculinas e femininas, as fantasias infantis e as constituições sexuais são dedutíveis e hierarquizadas (COSSI; DUNKER, 2017).

Arán e Peixoto Júnior (2007), dissertam sobre uma certa tradição ortodoxa da psicanálise que, em sua pretensão de universalidade, ao centralizar na primazia do Édipo e da castração, restringiriam a abordagem dos processos de subjetivação a dicotomias opostas binárias. Segundo os autores, essa tradição psicanalítica “[...] insistindo em ignorar questões como a multiplicidade da diferença, a singularidade e as contingências socio-históricas da subjetivação, acabou perdendo grande parte do seu potencial subversivo de questionamento” (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p.131).

Compreendendo as postulações acima sobre o potencial tanto revolucionário quanto conservador do saber e fazer psicanalíticos, salienta-se que não se trata de abordar a psicanálise no singular, mas sim enquanto campo plural heterogêneo de saberes e práticas e que resumi-la a um aspecto homogêneo se configura como um desacerto, visto que,

Entre um analista bioniano didata cujo preço de uma única sessão pode chegar a um salário mínimo e uma lacaniana que optou por fazer uma formação independente inserida no contexto da luta antimanicomial há tantas diferenças quanto, por exemplo, entre uma travesti subalternizada em situação de rua e um transhomem misógino que conduz caminhões no Alasca (AMBRA, 2016, p.105).

Isso porque os diversos elementos que participam das engrenagens psicanalíticas carregam em si a possibilidade de tanto constituir, quanto de escapar dos preconceitos de gênero e sexualidade a partir do viés político adotado, e dos ditames das lutas e movimentos sociais que perpassam direta ou indiretamente tanto a teoria, quanto a clínica. Assim, um mesmo conceito pode adquirir os mais divergentes sentidos dependendo do manejo teórico-clínico-político e do tempo histórico da pessoa ou instituição que o utiliza (CAFFÉ, 2018). Enfatiza-se então que, ao considerar a epistemologia psicanalítica a partir da ótica da genealogia, não há atributos essenciais fixos para o inovadorismo ou para o conservadorismo, isso porque “Os conceitos são ações estratégicas sobre o mundo” (CAFFÉ, 2018, p.2).

Compreende-se que na sociedade ocidental moderna e, conseqüentemente, no campo da psicanálise, não existe distância entre a produção de conhecimento e o exercício de poder, que resulta em práticas psicanalíticas menos ou mais abertas às diversas formas do viver. Visto que os sentidos de um campo teórico não são decididos

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 667-691, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483

apenas durante a pesquisa, mas sim na disputa política coletiva, decorrendo na não configuração de conceitos como entidades ontológicas impassíveis de mudanças, mas sim como realidades voláteis, atravessadas pelos jogos de poder e contrapoder ocorridos na arena social (CAFFÉ, 2018). Deve-se frisar então que a psicanálise se encontra essencialmente enredada nas conjunturas sociais e políticas de seu tempo, ocupando assim, juntamente com os/as/es psicanalistas, uma posição na trama de relações que são produzidas (TIETBOEHL, 2021).

Dessa forma, é preciso considerar a volatilidade das relações e dos conceitos produzidos compreendendo que, apesar de estar estreitamente vinculada aos conceitos de inconsciente e pulsão, a sexualidade é uma formulação contingente e histórica. Demanda-se, portanto, que o sexual da psicanálise seja ética e politicamente repensado, e que as mudanças decorridas neste campo nas últimas décadas sejam levadas em conta (ARÁN, 2011).

Com a revolução feminista e os avanços no campo jurídico, na medicina, na biotecnologia e na ciência em geral, é importante destacar a ocorrência de mudanças nos códigos e normas na contemporaneidade, produzindo fissuras clínico-teóricas e deslocamentos simbólicos. Tais fissuras, juntamente com suas incidências subjetivas e socioculturais, convocam a reflexão por parte dos analistas, demandando a ponderação sobre as balizas teóricas, em especial freudianas e lacanianas, buscando repensar conceituações implicadas em um contexto histórico muito diferente do atual, tal qual a relação entre as funções edípicas e suas implicações teórico-clínicas (POLI, 2008).

Nessa perspectiva de mudança de paradigma nos âmbitos histórico, político, social e científico da sexualidade, apresenta-se aqui Judith Butler (2014) enquanto filósofa não binária⁸ pós-estruturalista que figura entre os principais nomes do feminismo e da teoria *queer* e se inspira nas críticas de Foucault, Derrida e Deleuze para dialogar criticamente com as psicanálises freudianas e lacanianas. Para a autora, os deslocamentos nas referências simbólicas contemporâneas estão diretamente

⁸ O termo guarda-chuva “não binária” refere-se às pessoas que não se identificam única e exclusivamente dentro do espectro cultural de gêneros masculino e feminino. A terminação em “x” ou em “e” como no caso da palavra “binária” e da expressão “des psicanalistas” empregada nessa obra faz referência ao cuidado linguístico recentemente adotado com o objetivo de abarcar a multiplicidade de identidades e escapar ao binarismo.

relacionados com as alterações radicais no parentesco, demandando, portanto, “[...] uma rearticulação das pressuposições estruturalistas da psicanálise, levando-nos, por assim dizer, em direção a um pós-estruturalismo *queer* da psique” (BUTLER, 2014, p.256). Butler, bem como os autores Deleuze e Guattari que a inspiraram, tece críticas à interpretação da psique e da sexualidade humana a partir de uma estrutura previamente concebida e estática, apostando no pós-estruturalismo e na busca pelos momentos de transformação e ruptura, que forneceria substrato para o entendimento da indefinição e fluidez nos estudos gênero e na exaltação da diferença (SIQUEIRA; BUSSINQUER, 2017).

Na busca por essa ruptura com o estático, o *queer* citado é um termo guarda-chuva para identidades, orientações e expressões LGBTQIAP+. Segundo Lima (2018) a etimologia do termo remonta ao século XIV no baixo alemão, quando foi usado para designar algo estranho, peculiar, algo que causa dúvida. A partir do século XIX o termo passou a ser usado de forma pejorativa para se referir aos corpos e sexualidades divergentes da norma heterossexual, sendo reapropriado e usado enquanto política contra-hegemônica pelos movimentos sociais da década de 80 para memorar todo o estigma e abjeção sofrida por aqueles que ousam questionar o caráter normativo da cisgeneridade e da heterossexualidade.

Assim, o *queer* representa a subversão em sua forma mais intrínseca, é movimento e força de transformação do que está instituído, é a diferença que não quer ser assimilada, definida ou reduzida. Lima (2018, p. 5) argumenta que “[...] o *queer* é toda essa pluralidade de identidades, de viveres e prazeres, mas também todo o estigma e violência que vem como consequência por desafiar o instituído socialmente e aceito como ‘normal’”. O movimento *queer*, portanto, recusa pressuposições estruturalistas e consequentemente a classificação dos sujeitos a partir de categorias ditas universais, a exemplo as categorias mulher/homem, feminino/masculino, defendendo que por trás dessas categorias haveria uma enormidade de diferenças a serem assimiladas e não excluídas ou compreendidas como desvio ou doença (GONDAR, 2014).

A partir da breve exposição dos argumentos sustentados acima sobre o papel assumido pela psicanálise no jogo político da produção de conhecimento e sobre a

volatilidade dos conceitos, convém aqui rumar para o entrelace das teorias feministas e *queer* com a psicanálise e suas críticas e apontamentos. Faz-se igualmente relevante compreender os atravessamentos da conceituação de gênero e das implicações da(s) diferença(s) sexual(is) tanto nas teorias psicanalíticas quanto nas teorias *queer*.

2.1 A GENERIFICAÇÃO DOS CORPOS E A CISHETERONORMATIVIDADE

“Nesse regime, a masculinidade se define necropoliticamente (pelo direito dos homens de dar a morte), enquanto a feminilidade se define biopoliticamente (pela obrigação de dar a vida).”
Paul B. Preciado

A partir da voz - e da escuta - de mulheres questionadoras e inconformadas com os lugares e limites designados na sociedade para os papéis de gênero nas relações de poder, surgiram tanto os estudos freudianos sobre a histeria e, posteriormente de forma mais estruturada, a psicanálise, como também o campo vasto e heterogêneo dos estudos de gênero. Assim, as questões de gênero se fazem presentes desde o divã de Freud no momento fundacional da psicanálise originando-se da escuta do mal-estar das mulheres no final do século XIX (KVELLER; NARDI, 2021).

Compreende-se então que a psicanálise em seu início já se encontrava intrinsecamente enredada no sofrimento das mulheres causado pela regulação e repressão da sexualidade feminina burguesa vitoriana (KVELLER; NARDI, 2021). Moreira (2021, p. 27) corrobora com a discussão ao afirmar que é impreterível creditar devidamente as primeiras pacientes de Freud “[...] pois é de uma coragem sem tamanho que essas mesmas mulheres, tão submetidas às imposições da moral vitoriana, tenham se permitido falar e que tenham demandado do psicanalista que as ouvisse”.

Partindo dessa voz das mulheres que não se calaram, é preciso retomar aqui as críticas do feminismo endereçadas à psicanálise que muito contribuíram para um desenvolvimento a posteriori das críticas do movimento *queer*. Dentre os apontamentos realizados pelas feministas, destaca-se o fato de que, apesar de trabalhar questões como a sexualidade, parentesco e as diferenças entre meninos e meninas no inconsciente, no

corpo e no âmbito da cultura, a psicanálise não se posicionou de forma mais expressiva em relação à opressão das mulheres nestes meios, não contribuindo efetivamente para um ideal emancipatório das mulheres que tanto impactaram na produção de seu escopo teórico (LAGO, 2010).

Dessa maneira, apesar de suas contribuições, a teoria psicanalítica não se constituiu como uma reflexão crítica do patriarcado que permeava a sociedade e a família da classe média vitoriana de Viena. Nas críticas do movimento feminista à teoria psicanalítica ficava nítido que esta reflexão crítica não se configurava como uma intenção da psicanálise, visto que “Suas perguntas eram outras e suas concepções se elaboraram dentro destas estruturas do pensamento ocidental patriarcal, em que a categoria ‘homem’ equivale à humanidade, englobando a categoria mulher subsumida neste sujeito genérico homem” (LAGO, 2010, p.5).

Movidas pela urgência de não mais serem silenciadas, invisibilizadas e universalizadas, as feministas fizeram seu espaço nas academias e deram início à produção de conhecimento em seu interior. Desse modo, as mulheres reivindicaram do homem europeu, branco, de classe média alta o lugar de fala sobre elas, dando início à passagem gradativa dos estudos de mulheres para os estudos de gênero (LAGO, 2010). É factível, portanto, que está em jogo, tanto nas origens da psicanálise, como do movimento feminista e conseqüentemente dos estudos de gênero, algo das vozes das mulheres que se recusam a calar (MOREIRA, 2021).

No campo dos estudos de gênero inicialmente muito movimentado pelas feministas, busca-se articular formas de promover transformação nas coordenadas vigentes que regem o gênero enquanto sistema a partir da primazia da análise das relações de poder no interior do tecido social (AMBRA, 2021). Portanto, para as teóricas feministas, teóricos *queer* e estudiosos de gênero de forma geral, a discussão se centra na configuração e reconfiguração de gênero, teorizando a respeito dos limites e possibilidades dos processos singulares de estruturação subjetiva (CUNHA, 2016).

O campo dos estudos de gênero, ou “estudos feministas e gays/lésbicos” como nomeia Butler (2014), é descrito como as teorias que se concentram nas regulações de gênero existentes nos âmbitos jurídicos, militares, psiquiátricos, entre outros, dando

destaque a “[...] como o gênero é regulado, como essas regulações foram impostas, e como elas foram incorporadas e vividas pelos sujeitos sobre os quais elas se impuseram.” (BUTLER, 2014, p 251).

Dentro destes estudos é importante destacar os aparatos de fabricação de gênero que, antecedendo o nascimento, já tecem verdades sociais sobre os corpos, a exemplos o chá de revelação⁹, a tipagem fenotípica e a popularização da ultrassonografia (AMBRA, 2021). Arán e Peixoto Júnior (2007, p.133-134) argumentam que “[...] através do procedimento da ultrassonografia, transforma-se o ‘bebê’ antes mesmo de nascer em ‘ele’ ou ‘ela’, na medida em que se torna possível um enunciado performativo do tipo ‘é uma menina!’”. Em decorrência dessa conjuntura social, “[...] o corpo é invariavelmente transformado no corpo dele ou no corpo dela, o corpo só se torna conhecido por sua aparência generificada.” (BUTLER, 2018, p.7)

Contribuindo com essa linha de raciocínio, Arán e Peixoto Júnior (2007, p.134) vão propor que “[...] a nomeação do sexo é um ato performativo de dominação e coerção que institui uma realidade social através da construção de uma percepção da corporeidade bastante específica”. É a partir dessa nomeação e da determinação do sexo que o bebê é feminizado ou masculinizado e inserido nos domínios inteligíveis da linguagem e do parentesco. Porém, essa generificação não adquire significação estável e permanente, carecendo de ser reiterada constantemente conforme a passagem do tempo, com o propósito de reforçar seu efeito naturalizante (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007). Frisa-se que, longe de serem naturais, as categorias sexo, gênero e heterossexualidade são produtos históricos e culturais, construções que são fabricadas, sustentadas e reproduzidas cotidianamente no campo dos corpos (BUTLER, 2018).

O filósofo trans Paul B. Preciado (2014) que se aventura na interseção do transfeminismo com os estudos *queer*, psicanalíticos e decoloniais, contribui para essa discussão ao argumentar que,

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história de produção-reprodução sexual, na qual certos

⁹ Festa organizada durante a gestação com o propósito de revelar qual é o sexo biológico do bebê a partir da utilização de cores socialmente atribuídas ao gênero feminino ou masculino, geralmente rosa e azul.

códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstaurar através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (PRECIADO, 2014, p. 26).

Conforme Preciado (2014, p. 26), “os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro”.

De forma similar, Butler (2014) dispõe que a chamada identidade de gênero é uma realização performativa compelida e regulada por tabus e punições, produzindo e naturalizando as noções de masculino e feminino, juntamente com suas formas cromossômicas, intersticiais, físicas e hormonais. Ressalta-se aqui que, compreender o gênero como uma repetição estilizada de atos no tempo não significa negar nem a existência, nem a facticidade das dimensões corporais, tanto materiais, quanto naturais, mas sim entender que essas são apreendidas no processo do corpo em assumir significados culturais. Entende-se, então, que o corpo se configura como uma materialidade que assume significado, não sendo “[...] meramente matéria, mas uma materialização contínua e incessante de possibilidades” (BUTLER, 2018, p.5), e é justamente na encenação cotidiana dessa materialidade que se cria a ilusão de um eu generificado permanente (BUTLER, 2018).

Na visão de Preciado (2014), esse sistema de generificação dos corpos, chamado pelo autor de heteronormativo, se qualifica enquanto uma tecnologia social que circunscreve um conjunto de instituições linguísticas, médicas e domésticas que produz constantemente corpos-homem e corpos-mulher. Logo, o sexo e a sexualidade não são, para Preciado (2015), propriedade essencial do sujeito, mas, sim, produto das tecnologias sociais, discursivas e políticas que gerem a verdade e a vida. Desse modo, a matriz heteronormativa abrange todo o caráter normativo e naturalizado do modelo sexo/gênero heterossexual que objetiva restringir os corpos a identificações estipuladas dentro de um léxico e a uma imutável oposição binária - masculino e feminino (LIMA, 2018).

Essa oposição entre masculino e feminino, para Butler (2019, p.43), vai ser entendida como inteligibilidade de gênero, na qual “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”. Dessa forma, a partir da leitura de traços corpóreos dos corpos sexuados, esses são segmentados em categorias identitárias e performativas mutuamente exclusivas e corporificadas através das concepções pênis-macho-homem-masculino-heterossexual e vagina-fêmea-mulher-feminina-heterossexual (STONA; CARRION, 2021).

Tal matriz cultural de inteligibilidade de gênero, segundo Butler (2019), demanda que certos tipos de identidade sejam lidos culturalmente como inteligíveis ou ininteligíveis, isto é, aqueles indivíduos em que o gênero e as práticas do desejo não decorrem do sexo. Dessa forma, certos tipos de identidade ou sexualidade são lidas como meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural, não tendo suas identidades, corpos, orientações sexuais, expressões de gênero reconhecidas e respeitadas. Isso porque o gênero é produzido em conformidade com uma matriz de verdade e falsidade que está a serviço de uma política social de regulação e controle do gênero, na qual performá-lo de maneira inadequada desencadeia uma série de punições (BUTLER, 2018).

Segundo Arán e Peixoto Júnior (2007), todo o resto que não corresponde ao esquema binário hierárquico dessa matriz de verdade, controle e regulação de gênero torna-se socialmente incompreensível, permanecendo como um excesso impossível de ser inscrito no registro de existência e inteligibilidade definido no campo discursivo da cultura, dos seus valores e ideais.

Dentro dessa perspectiva, os apontamentos até aqui demonstram que os corpos e sujeitos são assimilados, inscritos e reinscritos cotidianamente em um sistema de generificação e inteligibilidade cultural que cria corpos homem e corpos mulheres heterossexuais. Essa matriz regulatória é chamada de cisheteronormativa e atua marginalizando e punindo os corpos, desejos e sujeitos que fogem a essa binaridade, cisgeneridade e heterossexualidade compulsórias, excluindo-as dos registros discursivos culturais de existência e reconhecimento. Tratando-se da discursividade e inteligibilidade

de gênero presentes na cultura, convém resgatar e melhor explorar o entrelace das postulações das teorias de gênero com a psicanálise e seu potencial político subversivo.

2.2 A TAREFA DE TECER O PLURAL COMO HORIZONTE

"Deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época."
Jacques Lacan

Para além do que é marcado como inteligível pelas normas de gênero e sexualidade como colocado nos parágrafos acima, existem atualmente múltiplas possibilidades produzidas na articulação entre as contingências da vida de cada indivíduo e as ferramentas simbólicas disponíveis na esfera da cultura. Essas formas de expressar e apresentar como seres sexuados expressam variações inclassificáveis e muitas vezes indiferenciáveis quando comparados ao quadro binário disposto na tradição psicanalítica (GONDAR, 2014).

Por isso, os estudos *queer* (REITTER, 2021; CUNHA, 2016; BUTLER, 2019; PRECIADO, 2019) têm demarcado a urgência no âmbito psicanalítico de orientar as práticas e teorias de modo a abarcar as formas contemporâneas de subjetivar e experimentar a sexualidade, rompendo de vez com as brechas interpretativas que são usadas como base para uma leitura e manejo normativos e patologizantes. Aqui destaca-se o emprego do termo “contemporâneas” ao invés do termo “novas” porque não há, nem do ponto de vista histórico, nem do antropológico, nenhum indício de novidade que não seja a busca constante pelo reconhecimento nos âmbitos da cultura e da jurisdição das existências, sexualidades e famílias que desafiam a cisheteronormatividade (KVELLER; NARDI, 2021).

Nessa busca por legitimar as performances que subvertem a divisão binária de gênero é imperativo rever as balizas teóricas psicanalíticas sobre a sexualidade, questionando, principalmente, a atribuição da diferença sexual como matriz de subjetivação da cultura e a suposição de que a ordem psíquica seria fundada na conjectura de uma dualidade biológica e anatômica dos sexos (GONDAR, 2014). Assim, [CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 667-691, jul./dez. 2021 – ISSN 2674-9483](#)

é preciso frisar “[...] o perigo de fazer a psicanálise se colocar em uma posição que anule a sua própria potência” (CUNHA, 2016, p.20) caso continue circunscrita pela sombra de uma leitura biologizante que ancora a subjetividade e a sexualidade dos indivíduos em sua anatomia, e não através da via do desejo e da multiplicidade.

Caso as/es/os psicanalistas não se atentem para os apontamentos, críticas e demandas do campo de estudos sobre gênero, corre-se o risco de

[...] não escutar os sujeitos ou de fazê-lo a partir de um modelo de inteligibilidade não apenas prévio como também normativo, no sentido de que legitima uma hierarquia e define antecipadamente posições subjetivas possíveis de serem ocupadas pelos sujeitos, desconsiderando assim a possibilidade de equacionamentos singulares da diferença sexual e da relação com o corpo próprio (CUNHA, 2016, p.18).

Almejando romper com a cisheteronormatividade e, assim, alcançar o que Butler (2014) nomeou como pós-estruturalismo *queer* da psique, propõe-se tensionar algumas saídas teórico-clínico-políticas que estão sendo pensadas coletiva e incessantemente por autores e autoras que se encontram atravessados pelas questões de gênero em sua leitura e fazer psicanalíticos. Ambra (2021) propõe que, para buscar tais saídas é preciso um esforço para compreender como e quando a diferença sexual é colocada nas teorias freudiana e lacaniana, compreendendo as contingências socio-históricas que atravessam esse conceito em ambas as teorias, suas repercussões, e o que é implodido quando retira-se a diferença sexual do jogo teórico-clínico-político.

Preciado (2015) também instiga os psicanalistas a realizar o que ele chama de uma terapia política da instituição psicanalítica. Tal processo se configuraria enquanto uma análise exaustiva dos pressupostos da psicanálise, sem recalá-los, negá-los, deslocá-los e reprimi-los, mas sim encarando os aspectos revolucionários e normativos que permeiam as balizas teóricas. Dessa maneira, a psicanálise e seus psicanalistas estariam reconhecendo uma posição de enunciação política em meio a um regime de poder cisheteropatriarcal e colonial, abrindo mão de uma suposta neutralidade asséptica que nunca foi realmente condizente com o saber subversivo das políticas do inconsciente.

É preciso colocar os saberes e as certezas em movimento, repensar a escuta psicanalítica em prol das mais diversas formas de subjetividade, sexualidade,

corporeidade e performance que subvertem a cisheteronormatividade que impacta ainda hoje na psicanálise, construindo assim narrativas plurais e acolhedoras. Demingos e Stona (2021) atentam igualmente para a urgência de alargar os termos do reconhecimento, criando novas possibilidades e matrizes de inteligibilidade dentro da cultura e da psicanálise para que o sujeito se reconheça de maneira menos sofrida.

Ambra (2021) aposta como caminho para uma análise reparadora das balizas psicanalíticas junto às sexualidades e corporeidades dissidentes no resgate de pontos na teoria que são libertadores, mas permanecem invisibilizados por uma leitura normativa dos autores canônicos, e potencializá-los. Aqui é válida a retomada das postulações nos primeiros parágrafos sobre o conceito vanguardista de pulsão enquanto perverso-polimorfa na teoria freudiana. O autor enfatiza também a imprescindibilidade da leitura de autoras e autores que se situam fora do campo psicanalítico, mas tecem diálogos críticos com a psicanálise na busca por criar outras conceitualidades e cartografias possíveis.

Ressalta-se nessa busca a emergência de questionar a epistemologia binária e naturalizada que permeia a análise da sexualidade humana, apostando em uma pluralidade irreduzível dos gêneros e sexualidades, na (re)invenção de estéticas e na tomada da sexualidade como um teatro político em que não a anatomia, mas sim o desejo escreve o roteiro (PRECIADO, 2020). Aposta-se também na não naturalização dos posicionamentos sexuais e, portanto, na compreensão de que gêneros ininteligíveis como a transexualidade/transgeneridade, travestilidade, drag queens, não-binários são, sobretudo, práticas sociais, não se qualificando nem como sintomas, nem como desvios de uma sexualidade dada como natural (COSSI; DUNKER, 2014).

Outra possibilidade no convite a repensar as balizas psicanalíticas é a conceituação das multidões *queer* que se ergueram nos Estados Unidos da década de 80. Essas multidões se configuraram desde seu surgimento como uma denúncia da cisheteronormatividade na sociedade, apontando também para o descarte das vidas que eram tidas como restos por não se encaixarem no recorte da norma hegemônica da sexualidade (LIMA, 2021).

Discorrendo sobre as multidões *queer*, Preciado (2011) aposta na desontologização do sujeito da política das identidades, na não naturalização de categorias como homem e mulher e na não existência da diferença sexual no singular. Para o autor, o que existiria seria uma multidão de diferenças que, em sua transversalidade e pluralidade, se traduziria nas mais diversas potências de vida dentro das relações de poder. Nesta multidão cria-se espaço para a produção e experimentação das estéticas e vivências justapostas do movimento *queer*, transmutando assim o que é concebido e materializado como minorias sexuais em multidões. Dessa forma, a política da multidão *queer* não se resume em uma identidade, prática ou desejo ditos naturais e esperados, mas sim na multiplicidade de corpos que se levantam e fazem resistência, colocando em xeque a cisheterossexualidade necropolítica¹⁰ e hegemônica e a produção de saberes científicos e discursivos normalizadores da sexualidade (PRECIADO, 2011).

Preciado (2015) também propõe uma extensiva política de desidentificação, defendendo a resistência às identificações normativas no lugar da briga pela produção de identidades fixas. De forma similar, Gondar (2014) vai propor a adesão do conceito de limiar para pensar a sexualidade humana. Esse conceito convida a assimilar a diferença sexual não como fronteira entre posições ditas masculinas e femininas, mas sim como uma travessia, uma mescla das posições “para além” e “entre” no espectro do nomeável, do classificável, do inteligível.

É importante salientar que, nesse movimento de ruptura com o que está instituído normativamente no campo psicanalítico no confronto com a sexualidade, tudo está em constante construção, a partir de elaborações coletivas que demandam atenção permanente para o movimento dialético do atravessamento da norma, pois

[...] mesmo psicanalistas ‘esclarecidos’ sobre as questões de gênero, mesmo psicanalistas leitores de Butler e Preciado, não podem, no setting psicanalítico, garantir a segurança subjetiva do processo analítico. Eles não podem garantir que a homo ou transfobia não se atualize em sessão, pois a psicanálise é feita justamente na conjuração dos fantasmas que nos assombram (KVELLER; NARDI, 2021, p.90).

¹⁰ Se inspirando no conceito de biopoder defendido por Foucault na aula final do curso ‘Em defesa da sociedade’, de 1976, Achille Mbembe cunhou o termo necropolítica para definir a capacidade de estabelecer parâmetros e políticas de morte para o controle e gerenciamento de certos grupos e populações marcados como minorias políticas.

Portanto, não é possível garantir que um processo de análise seja um espaço seguro, porém é possível e necessário que os/as/es psicanalistas se responsabilizem para não atuarem como agentes nesse violento processo normativo. Para tanto, “[...] não basta que simplesmente busquem neutralidade. É preciso que a psicanálise se engaje em um processo amplo e complexo de despatologização de sua própria prática e funcionamento institucional.” (KVELLER; NARDI, 2021, p.90), é preciso rumar para um processo emergente de despatriarcalização, deseterossexualização e descolonização da psicanálise (PRECIADO, 2019).

Destaca-se por fim que, longe de ser um saber-fazer superado, o campo psicanalítico tem muito a contribuir no diálogo com as teorias de gênero em sua suposição de que a sexualidade, binária ou múltipla, é, acima de tudo, conturbação. E, muito além da anatomia dada, o que toca a psicanálise será o modo como cada sujeito vê sua anatomia e atua a partir dela, encontrando caminhos para lidar com as consequências subjetivas de seu desejo e de ser um corpo sexuado na cultura (GONDAR, 2014).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A pesquisa científica passa a ser espaço de luta.”
Mariana Melo

Analisando o que foi proposto até aqui, é possível compreender que as mudanças ocorridas com o passar das décadas nas constituições familiares, relações de gênero, corporalidades e sexualidades, refletem direta e irremediavelmente no entendimento e apreensão da sexualidade no âmbito psicanalítico. Por isso, é imperativo que seja realizada uma retificação dos conceitos, discursos e práxis que contribuem para uma leitura cisheteronormativa e reducionista da multiplicidade do sujeito. Destaca-se aqui, nessa revisão das balizas teóricas, principalmente as premissas freudianas e lacanianas que perpassam os conceitos de masculinidade, feminilidade, complexos de Édipo e

castração, assim como as diferenças psíquicas ancoradas na suposta diferença anatômica dos sujeitos.

Dessa forma, aposta-se na necessidade ética e política de uma reatualização das teorias e práticas psicanalíticas, revisitando pontos teóricos e clínicos (re)produtores de abordagens violentas e regulamentárias da população LGBTQIAP+. Para tanto, foi proposto como uma direção imprescindível a de tecer trocas dialógicas com as teorias feministas e *queer* que apontam encruzilhadas, convergências, confluências e caminhos no entrelace da sexualidade com os estudos de gênero e a(s) psicanálise(s).

Tal hipótese foi corroborada através da apresentação de pensadores contemporâneos tanto da área psicanalítica, quanto da área de estudos de gênero, demonstrando que os entrelaces entre os campos, além de possível, é vantajoso. Espera-se contribuir, assim, com a tessitura de uma compreensão da sexualidade, do gênero e da corporalidade que tenha como cenário a multiplicidade, a hipersingularidade e a diversidade – e que também amplie o horizonte psicanalítico em busca de cartografias e conceitualidades mais plurais e menos normativas. Nesse sentido, tornou-se relevante evidenciar a importância da implicação dos/das/des psicanalistas contemporâneos em repensar ética e politicamente os manejos teóricos e clínicos atrelados a discursos e práxis cuja operacionalidade nos tempos de hoje demanda, de maneira inevitável, uma contextualização sócio-histórica.

Em relação à meta de contribuir na convocação do campo psicanalítico em repensar conceitos e demais balizas teóricas que contribuem no posicionamento de abjeção das vivências, sexualidades, desejos e corpos dissidentes, espera-se que tenham sido provocados questionamentos, movimentações, conturbações, incertezas e fissuras em algumas das lógicas que estão instituídas e que, por vezes, são consideradas imutáveis dentro dos fazeres e saberes psicanalíticos.

Dentre as dificuldades e limitações teórico-metodológicas que perpassaram esta produção, destaca-se as implicações de pesquisar estando inserido em um mesmo contexto e identificação que os objetos de pesquisa - de ser um corpo sexuado na cultura escrevendo sobre corpos sexuados na cultura, de ser um ser atravessado pelo olhar do outro, de ser um corpo a ser analisado, diagnosticado e inscrito em uma norma enquanto

busca pesquisar sobre esses atravessamentos nos demais sujeitos e corporalidades. É necessário enfatizar também a limitação do campo teórico levantado no decorrer desta produção, tanto por se tratar de um tema relativamente recente, multifacetado e desafiador, como pela escassez de tempo em relação ao que demandaria uma revisão mais aprofundada, como almejado inicialmente quando este trabalho era nada mais do que um remoto e ousado desejo.

Convém, portanto, deixar registradas a provocação e a esperança sobre a necessidade de ampliar os horizontes teóricos no estudo da sexualidade para além dos espectros freudiano e lacaniano, dialogando de forma mais extensa com os legados teóricos de Melanie Klein, Karen Horney, Donald Winnicott, Paul Preciado, Judith Butler, Simone de Beauvoir, Luce Irigaray, Gayle Rubin e demais teóricas e teóricos contemporâneos que, por vezes, não são devidamente inseridos no debate. Salienta-se a necessidade de ler autoras e autores de dentro e de fora do campo psicanalítico que escapem do eixo hegemônico de teorias produzidas por homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, europeus e norte-americanos de classe média alta. E, por fim, é deixada como desejo e imperativo a urgência de alargar cada vez mais o debate com a comunidade LGBTQIAP+, rompendo com o lugar de exclusão, patologização, emudecimento, normalização e não pertencimento a ela relegada, reafirmando assim a pluralidade das identidades, práticas e sexualidades subalternizadas na manutenção da cisheteronormatividade.

REFERÊNCIAS

AMBRA, Pedro. A psicanálise é cis-normativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 101 - 120, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17179>. Acesso em: 04 jun. 2021.

AMBRA, Pedro. **Psicanálise, Gênero e a Questão Queer**. 2021. Curso online realizado pelo Espaço Revista Cult, jul. 2021.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p. 129 -

147, 2007. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644799>. Acesso em: 21 set. 2021.

ARÁN, Márcia. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. **Epos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, dez. 2011. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2021.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 42, p. 249–274, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de Leituras**, Belo Horizonte, n. 78. Chão da Feira, 2018. Disponível em:

<https://chaodafeira.com/catalogo/caderno78/>. Acesso em: 29 set. 2021.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. *In*: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p.17 - 70.

CAFFÉ, Mara. Norma e subversão na Psicanálise: reflexões sobre o Édipo. **Percursos**, São Paulo, v. 60, p. 109-109, 2018. Disponível em: <http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/percurso60-4.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

COSSI, Rafael Kalaf; DUNKER, Christian Ingo Lenz. A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 33, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZZnwtz3KCFrTHfTcVy5qV3q/abstract/?lang=pt> Acesso em: 04 jun. 2021.

CUNHA, Eduardo Leal. A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas têm medo de travestis?). **Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 7 - 22, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17172>. Acesso em: 22 set. 2021.

DEMINGOS, Lucas; STONA, José. A vida psíquica do armário. *In*: STONA, José.

Relações de Gênero e Escutas Clínicas. 1 ed. Salvador: Devires, 2021. p. 235-251.

GONDAR, Jô. Sexualidades: fronteiras, limites, limiães. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 31, p. 51 - 68, dez. 2014. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952014000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2021.

KVELLER, Daniel. B.; NARDI, Henrique. C. . A metafísica generificada da escuta psicanalítica. *In*: José Stona. **Relações de Gênero e Escutas Clínicas**. 1 ed. Salvador: Devires, 2021. p. 79-92.

LAGO, Mara Coelho de Souza. A psicanálise nas ondas dos feminismos. *In*: Carmem Rial; Joana Maria Pedro; Silvia Maria Fávero Arend. (Org.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. 1ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1, p. 287-306.

LIMA, Gustavo Roberto de. **Do Queer ao cu: Inter-relação entre Judith Butler e Paul Beatriz Preciado**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/GUSTAVO-ROBERTO-DE-LIMA.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.

LIMA, Vinícius Moreira. A subversão pelos dejetos. **Cult**. São Paulo, n. 270, p. 16-20, jun. 2021.

MOREIRA, Maíra Marcondes. As vozes das Mulheres e o indizível da Mulher. **Cult**. São Paulo, n. 270, p. 16-20, jun. 2021.

POLI, Maria Cristina. A diferença sexual em psicanálise. *In*: ALBERT, Sonia. **A sexualidade na aurora do século XXI**. Rio de Janeiro, Cia de Freud, 2008. p.355 - 371.

PRECIADO, Paul B.. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v.19, n.1, jan./abril, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>. Acesso em: 12 out. 2021.

PRECIADO, Paul B.. Contrassexualidade. *In*: PRECIADO, Paul B.. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paul, n-1, 2014. p. 17-46.

PRECIADO, Paul B. **Transfeminismo**. Caixa Pandemia de Cordéis, N-1 edições, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.n-1edicoes.org/book/cordeis/detail_pdf/12. Acesso em: 10 nov. 2021.

PRECIADO, Paul B.. Um apartamento em Urano (Conferência) Tradução Camila Quinteiro Kushiner e Paulo Sérgio de Souza Jr.. **Lacuna: uma revista de psicanálise**, São Paulo, n. -8, p. 12, 2019. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2019/12/08/n-8-12/>. Acesso em: 12 out. 2021.

PRECIADO, Paul B.. Cartas de um homem trans ao antigo regime sexual. *In:* PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia.** Tradução Eliana Aguiar. São Paulo, Zahar, 2020. Não paginado.

REITTER, Jorge N. Édipo gay. *In:* REITTER, Jorge N. **Édipo Gay: heteronormatividade e psicanálise.** São Paulo, Zagodoni, 2021. p. 17 - 32.

REITTER, Jorge N. Psicanálise e homofobia. *In:* REITTER, Jorge N. **Édipo Gay: heteronormatividade e psicanálise.** São Paulo, Zagodoni, 2021. p. 33 - 37.

REITTER, Jorge N. Heteronormatividade da psicanálise. *In:* REITTER, Jorge N. **Édipo Gay: heteronormatividade e psicanálise.** São Paulo, Zagodoni, 2021. p. 37 - 63.

SIQUEIRA, Carolina B.; BUSSINGUER, E. C. A. . Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma análise comparativa das contribuições teóricas feministas de Simone de Beauvoir e Judith Butler. *In:* 13º Mundo de Mulher & Fazendo Gênero 11, 2018, Florianópolis. **Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero: 13th. Women's Worlds.** Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499196025_ARQUIVO_Artigo-13MundodasMulheres.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

STONA, José; CARRION, Fernanda. Cisnormatividades. *In:* STONA, José; CARRION, Fernanda. **O cis no divã.** Salvador, Editora Devires, 2021. p.32 - 47.

TIETBOEHL, Léo; CAVALHEIRO, Rafael; KVELLER, Daniel. Quem tem medo de crianças queer? Alguns questionamentos às normatividades em psicanálise. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 234-247, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25786>. Acesso em: 04 jun. 2021.

TIETBOEHL, Léo. Sobre posição e sobre presença. **Correio da APPOA**, Porto Alegre, n. 310, jun. 2021. Disponível em: https://appoa.org.br/correio/edicao/310/sobre_posicao_e_sobre_presenca/978. Acesso em: 12 out. 2021.

YORK, Sara Wagner. Prefácio. *In:* STONA, José; CARRION, Fernanda. **O Cis no divã.** Salvador, Devires, 2021. p. 9 – 12.